

## 33 nomes integram a comissão constituinte

FAL 1985

A lista dos 33 nomes da Comissão Constitucional, escolhidos pelo presidente Tancredo Neves — entregue ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, em 11 de março e hoje em mãos do presidente José Sarney —, é integrada pelos juristas Paulo Brossard, Josaphat Marinho, Paulo Bonavides, Dalmo Dallari, Miguel Reale Júnior, Seabra Fagundes e pelo criminalista Evaristo de Moraes Filho.

Constam ainda da lista, que foi parcialmente mostrada ao presidente da comissão, Afonso Arinos, dois dias antes da hospitalização de Tancredo, os nomes do general Otávio Costa, do ex-ministro Eduardo Portella, da vereadora Benedita da Silva (PT/RJ), e dos economistas Celso Furtado e Walter Borelli (do DIEESE), além do ex-deputado Célio Borja.

Segundo a Agência Globo, a lista é encabeçada pelo presidente, Afonso Arinos, pelo relator, senador Fernando Henrique Cardoso e pelo jurista Paulo Brossard. Compõem também a Comissão Constitucional o presidente da Contag, José Francisco da Silva, o professor Bolivar Lamounier e o ex-ministro Xavier D'Albuquerque, além de Fábio Konder Comparato, do líder sindical João Paulo Pires de Vasconcellos, Rafael de Almeida Magalhães, Edgard da Matta Machado, Laerte Vieira, José Afonso Silva, Pinto Ferreira, Joaquim Falcão, César Saldanha Júnior, do geógrafo Milton Santos, Gilberto de Ulhoa Canto e Carlos Alberto de Oliveira, jornalista, atual-

mente secretário do Trabalho do Rio.

O jurista Vitor Nunes Leal, falecido recentemente, também teve seu nome colocado na lista e chegou a ser convidado pelo próprio Tancredo. Constam ainda do documento entregue a Sarney o advogado Arnaldo Malheiros e o jornalista Mauro Santayana, secretário executivo.

Os contatos e negociações do presidente Tancredo Neves para formação da comissão, que teria sua criação anunciada na reunião ministerial de 17 de março, foram acompanhados e documentados por assessores mais próximos nos dias que antecederam sua hospitalização. A intenção de Tancredo era, segundo um dossiê feito sobre a comissão, criar um "fato político" logo nos primeiros dias de seu governo, capaz de estimular um grande debate nacional sobre a constituinte. Seu propósito, com a comissão, não era apenas o de encomendar o esforço do anteprojeto da nova Carta.

Dai o fato de que a comissão seria composta, meio a meio, por juristas e representantes da sociedade. Em seu entender, a presença de pessoas como a vereadora Benedita, eleita pelos favelados do Rio, o presidente da Contag e outros, permitiria um amplo debate sobre a natureza da Constituição e o papel soberano da Constituinte.

Tancredo Neves externou esse ponto de vista ao ministro Fernando Lyra, na quarta-feira, dia 13 de março, e a Mauro Santayana no dia seguinte, horas antes de ser internado no Hospital de Base, quando afirmou que, desta maneira, o povo escolheria com mais responsabilidade os delegados constituintes.

— Ninguém sabe o que é uma Constituição, no Brasil, principalmente por causa desses vinte anos de arbítrio. Já faz quarenta anos que se reuniu o último poder constituinte legítimo neste país, disse Tancredo a seus interlocutores.

A ideia de criar a comissão foi levada por Tancredo Neves a seus assessores antes mesmo da eleição, mas amadureceu poucos dias antes da posse. Ao convidar o deputado Fernando Lyra para a pasta da Justiça, no dia 10, Tancredo expôs-lhe rapidamente seus propósitos, estendendo-se no dia seguinte, quando lhe entregou a lista.

Há quase um mês a lista foi entregue ao presidente Sarney e, há duas semanas, Lyra levou ao Planalto minuta do decreto criando a comissão, que seria assinado em seu primeiro despacho ministerial com Tancredo Neves.

CPEC